

“LOS DISCURSOS SOBRE INCLUSIÓN: UNA REFERENCIA EN MICHAEL FOUCAULT SOBRE LA EDUCACIÓN DE PERSONAS EN SITUACIÓN DE DISCAPACIDAD.”

FONSECA, Mirella Villa de Araujo Tucunduvaⁱ

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGEduc/CCHS – Bolsista CAPES
mirellavilla@uol.com.br

Título del proyecto de tesis: “Educação e Trabalho: A Produção dos Discursos para Inserção Social de Pessoas Com Deficiência”.

Director de Tesis: Antonio Carlos do Nascimento Osório

SANTEE, Daniel Derrelⁱⁱ

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGEduc/CCHS
danielsantee@msn.com

Título del proyecto de tesis: Foucault (sua utilização como referencial) na produção científica em educação: um olhar a partir da pós-graduação

Director de Tesis: Antonio Carlos do Nascimento Osório

RESUMEN

El presente artículo presenta un ensayo teórico de una investigación en desarrollo sobre la educación y el trabajo como proceso de inclusión social de personas en situación de discapacidad (PsD). A partir del movimiento arqueológico, metodológico, por medio de los presupuestos teóricos de Michael Foucault, se propone realizar una reflexión acerca de los discursos proferidos, explicitados y silenciados en los dispositivos sobre la educación de personas con discapacidad, considerando que la inserción social está determinada cada vez más por la apropiación del saber formal y no se desvincula de las prácticas sociales explicitadas en sus diferentes correlaciones de fuerzas y contradicciones. Aunque Foucault no tenga un texto exclusivamente dedicado a la educación, sus ideas y análisis sobre la educación aparecen de manera progresiva a partir de la década de 1970, culminando en mayor cantidad de referencias a *éducation* en la obra *Surveiller et punir, naissance de la prison* (1975) con 26 páginas dedicadas al tema. El análisis de los contextos en que la palabra *éducation* es utilizada comprueba que Foucault no conceptúa educación y utiliza la palabra de forma genérica sugiriendo que educación es entendida como el modo en que hábitos, costumbres y valores son transferidos de una generación a la siguiente, lo que puede ocurrir tanto por intermedio de experiencias individuales como por un proceso formal realizado en institución de enseñanza.

Palabras clave: Inclusión, personas con discapacidad, educación.

“OS DISCURSOS SOBRE INCLUSÃO: UMA REFERÊNCIA EM MICHEL FOUCAULT SOBRE A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”.

FONSECA, Mirella Villa de Araujo Tucunduva

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGEdU/CCHS – Bolsista CAPES
mirellavilla@uol.com.br

Título do Projeto de Tese: “Educação e Trabalho: A Produção dos Discursos para Inserção Social de Pessoas Com Deficiência”.

Orientador: Antonio Carlos do Nascimento Osório

SANTEE, Daniel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGEdU/CCHS
danielsantee@msn.com

Título do Projeto de Tese: Foucault (sua utilização como referencial) na produção científica em educação: um olhar a partir da pós-graduação

Orientador: Antonio Carlos do Nascimento Osório

RESUMO

O presente artigo apresenta um ensaio teórico de uma investigação em andamento sobre a educação e trabalho como processo de inserção social da pessoa com deficiência (PcD). A partir do movimento arqueológico, metodologicamente, por meio dos pressupostos teóricos de Michel Foucault, propõe-se realizar uma reflexão acerca dos discursos proferidos, explicitados e silenciados nos dispositivos sobre educação de pessoas com deficiência, considerando que a inserção social está determinada cada vez mais pela apropriação do saber formal e não se desvincula das práticas sociais explicitadas em suas diferentes correlações de forças e contradições. Embora Foucault não tenha texto exclusivamente dedicado à educação, suas ideias e análises sobre a educação aparecem de forma progressiva a partir da década de 1970, culminando com maior número de referências a *éducation* na obra *Surveiller et punir, naissance de la prison* (1975) com 26 páginas dedicadas ao tema. A análise dos contextos em que a palavra *éducation* é utilizada comprova que Foucault não conceitua educação e utiliza a palavra de forma genérica sugerindo que educação é entendida como sendo o modo em que hábitos, costumes e valores são transferidos de uma geração para a próxima, o que pode acontecer tanto através de experiências individuais quanto através de um processo formal realizada em estabelecimentos de ensino.

Palavras-chave: Inclusão, pessoa com deficiência, educação.

A partir dos referenciais teóricos foucaultianos, antes de ambicionar a origem exata de uma prática, de um saber, de um discurso, faz-se necessário inicialmente localizar os discursos que colocam em funcionamento uma política, no caso, a política de inclusão das pessoas com deficiência como um dispositivo de segurança, constituído de um conjunto de práticas discursivas com que o poder investe na população.

Parte-se do princípio, como escreve Osório no artigo **Estranho medo da inclusão** (2007b, p. 301) que os discursos sobre a inclusão têm se revelado:

[...] na atual conjuntura, enquanto "usos" e "abusos", [...] seja nas tentativas de apropriá-la como uma "categoria universal", o que é falso, pois sua

subjetividade e sua relatividade esgotam os procedimentos operacionais, seja na designação de um lócus de intervenção institucional, como nas escolas, nas famílias, nos hospitais, [...].

O autor (2007b, p. 304) enfatiza ainda que tais discursos:

[...] podem estar associados ou não a outros aspectos como gênero, raça, regionalidade, minorias sociais, deficiência, desemprego, analfabetismo. Entretanto, demarca sempre um determinado grau de seletividade que enfatiza a diferença pelo preconceito, como estratégia de segregação social, visando, constantemente, a uma exposição coletiva ou individual.

Podemos compreender que os discursos da inclusão são resultados de atos humanos, que em cada etapa da história têm se apresentado de forma latente e apaziguadora das tensões sociais. Nesse sentido, verifica-se que o discurso da inclusão apoia-se sobre outros sistemas e dispositivos de exclusão, logo, falar de inclusão requer partir para seu outro extremo, a exclusão, pois, é dela que são oriundas as mais diferentes estratégias institucionais de controle e vigilância dos indivíduos. É importante dizer que o discurso da inclusão é produzido por orientações coletivas, reforçadas não somente em regulamentações oficiais, mas também por diferentes práticas sociais que enfatizam ações discriminativas e segregadoras.

Nesse sentido, o discurso da inclusão está muito próximo do discurso da inserção social e, este como objeto dessa pesquisa, não pode ser entendido separadamente destas práticas, explicitadas em suas diferentes correlações de forças e contradições.

É possível observar, então, que o saber não é neutro, os discursos são práticas sociais e fica em voga num determinado momento, cultuá-lo é dar suporte para outras fontes discursivas, que podem resultar em algumas alterações do colapso social, o que pode transforma-se utópico, pois independente das formas de organização da sociedade, sob os pontos de vistas, histórico e político, as regras sempre foram pautadas pela exclusão.

Tais discursos, em pontos diferentes da sociedade, geram verdades e modelam esses indivíduos, "normais" e "anormais", num tempo e espaço determinado, trazendo elementos comuns, as diferenças sociais. Logo esta massificação desses discursos enriquece o processo individualizante do disciplinamento, fazendo assim com que os indivíduos independentes de serem diferentes possam ser mais facilmente manipulados, submissos, sujeitados, governados.

Foucault utiliza-se do vocábulo educação quando descreve historicamente a reforma do ensino que eliminou o misticismo dos exercícios espirituais comuns ao século XIV e que foram substituídos pela educação, além de descrever a preocupação dos governos em garantir

que as crianças consideradas “anormais e retardadas” tivessem acesso à educação primária. Acreditava-se que a única maneira de se tratar um idiota, ou uma criança retardada, seria com a imposição da educação que serviria de filtro poupando aqueles que poderiam ser tratados e internando os intratáveis aos asilos. A educação também é abordada com relação a medidas de controle adotadas nas “casas de educação corretiva” e a institucionalização de creches e jardins de infância com a justificativa de que as crianças seriam lá educadas e, estando lá internadas liberariam os pais para trabalhar sem ter que se preocupar com elas.

A ênfase dada por Foucault à imposição da educação aos idiotas e anormais revela o poder psiquiátrico em sua forma mais pura a qual foi denominada “tratamento moral”. O poder psiquiátrico pela educação ocorre por meio do corpo do professor que assume o poder da educação especial praticando, sua onipotência por meio de sua presença dominadora.

O curso *Les anormaux* (1999) ministrado em 1974 e 1975, apresenta 14 páginas em que Foucault cita *éducation*. Foucault explora neste curso a questão claramente delineada de como a psiquiatria passou a funcionar como uma ciência médica responsável pela saúde (higiene) pública. Foucault busca as origens da questão na Idade Média e nos guia até o surgimento da psicanálise na Europa *fin-de-siècle* cujo argumento principal está na psiquiatria forense como sendo uma moderna técnica do poder. Foi o estudo do crime desmotivado que Foucault alega ter sido o início da psiquiatria criminal. O estudo do comportamento anormal progrediu e se transformou numa disciplina que estudava todos os humanos e não apenas as pessoas anormais. O percurso para que a psiquiatria viesse a ter o status de ciência envolveu a sexualidade humana, principalmente no que se refere aos perigos do comportamento sexual anormal: “A sexualidade vai permitir explicar tudo O que, de outro modo, não é explicável” (Foucault, 2001, p. 306). As campanhas da masturbação do século XVIII foram tanto precursores quanto modelo para a psiquiatria do século XIX pois, causou uma tensão generalizada com relação à sexualidade infantil, um perigo tão persistente que nos acompanha desde então.

O vocábulo *éducation*, aparece utilizado no curso *Les anormaux* (1999) ao se referir aos históricos “sistemas disciplinares e educativos”; à contraposição da “educação natural”, realizada em um ambiente familiar, geralmente pelos pais com a responsabilidade de educar as crianças para a sobrevivência e para a vida futura, e a “educação estatal”, estaria ligada ao “sistema normativo da educação” em que as regras definidas pelo estado eram passadas às crianças e jovens. A educação natural, segundo Foucault, está ligada às técnicas familiares de

correção, de reeducação e de sobrecorreção ao passo que a educação estatal surge no século XVIII com suas técnicas pedagógicas de educação coletiva voltada também à formação de aptidões. Foucault levanta ainda que a educação estatal passou a ser exercida por educadores que detinham o conhecimento das regras de racionalidade e o saber pedagógico e estariam no mesmo nível que o médico com seu saber da medicina e pedem aos pais que lhes cedam e confiem seus filhos mediante a promessa de educar as crianças para que sejam úteis ao Estado. Surge então a intenção de que a educação deverá ser garantida pelo Estado.

Foucault discorre que a garantia da educação pelo Estado era discutida também como sendo destinada às classes sociais favorecidas e que deveriam ocorrer em um espaço controlado pelo Estado ao invés do espaço duvidoso da família. Para tanto surgiram por toda a Europa os “grandes estabelecimentos educacionais”, as grandes escolas com um discurso de convencimento para que os pais enviassem-lhes seus filhos. Segundo Foucault, foi o apelo à sexualidade da criança a armadilha na qual os pais caíram quando o Estado prometeu dar às crianças uma educação sexual: “Ela foi um dos instrumentos de troca que permitiram deslocar a criança do meio da sua família para O espaço institucionalizado e normalizado da educação.” (Foucault, 2001, p. 326-7).

Em suma, o tema educação que aparece no curso *Les anormaux* (1999) trata da maneira como o Estado assumiu a educação das crianças como uma forma de controle e poder, cooptando os pais a participarem dessa normalização das crianças mediante a alegação de que a masturbação (que é prática comum) seria um desvio de conduta e que caberia ao Estado educar as crianças disciplinando-as contra essa prática.

Em “A Arqueologia do saber”, a partir de Foucault (2007a, p. 122), encontramos a concepção de discurso como um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”. Assim, para analisar a ordem do discurso a respeito da relação entre educação e trabalho com vista a inserção social das pessoas com deficiência, é preciso uma análise constituída por todos os enunciados efetivamente ditos, escritos ou silenciados a esse respeito.

No movimento epistemológico foucaultiano conceber a arqueologia, traz em sua especificidade, a essência do próprio movimento da escolarização, pelo qual ela é produtora de conhecimento e é concebida como uma das formas de produção de discursos, principalmente aqueles que trazem em suas bases, a justiça social e os mesmos direitos.

Também é necessário pensar sob o conceito da concepção empirista de que conhecer como abstração da essência do objeto real, cuja posse pelo sujeito chama-se então conhecimento, que abrange um empirismo racionalista como uma verdade profana.

Foucault na Obra: “As palavras e as coisas” (1994, p. 238) escreve que o sujeito de conhecimento é um sujeito historicamente qualificado, neste caso, a pessoa com deficiência, de acordo com certos procedimentos o que não implica em ser um saber científico. No sentido arqueológico, a verdade é produzida do saber irá "reconstituir assim, o que se dá como verdade de constatação ou verdade de demonstração, a partir do patamar dos rituais, o patamar das qualificações do indivíduo de conhecimento, sobre o patamar da verdade acontecimento".

Nessa perspectiva a especificidade do tema inserção da PcD, via escola ou trabalho, vem contribuindo para uma prática fragmentada da escolarização e na conseqüente inserção profissional, que focaliza, na escolarização, como dificuldades, ora o método de ensino, ora as carências físicas e psicológicas dos indivíduos, além das condições socioculturais do sujeito adulto. Na prática, a fragmentação na escola se dá no método didático-pedagógico, no aspecto mecânico e repetitivo do ler e do escrever, no uso exclusivo de recursos materiais tradicionais, na descaracterização do ato pedagógico e, até mesmo, na interpretação dos níveis de conceptualização da escrita. E no trabalho, dentre os fatores que podem dificultar o acesso das pessoas com deficiência destacam-se: a desinformação e conseqüente estigma associado às pessoas com deficiência com falsas crenças de elas serem incapazes, menos produtivas, mais lentas e necessitar de cuidados especiais, as condições estruturais, funcionais e sociais do ambiente de trabalho que irá recebê-la como funcionária; e a necessidade de preparo profissional e social da pessoa com deficiência que está buscando o mercado de trabalho.

Partindo do pressuposto que, em geral, seja o sujeito com deficiência ou não, os estudos sobre a educação desses sujeitos têm apontado a importância, na concretização do aprendizado da leitura e da escrita, das condições de vida, das representações sociais construídas e, recentemente, das hipóteses que formulam este aprendizado com vistas à sua profissionalização.

Com base nos princípios presentes na Constituição Federal, o sistema de educação brasileiro é regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei 9.394/96. A referida Lei estabelece dois níveis para a educação: a educação básica e a educação superior;

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

duas modalidades: a educação de jovens e adultos e a educação especial; e uma modalidade complementar: a educação profissional.

A educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. A educação profissional deve levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Por outro lado, os esforços com relação à problemática da pessoa com deficiência estiveram sempre descontextualizados na medida em que não são correlacionadas nem com o desenvolvimento da educação em geral, tampouco com as transformações sociais, políticas e econômicas por que passaram.

Segundo alguns autores a educação é compreendida como uma forma de reproduzir o modo de ser e a concepção de mundo de pessoas, grupos e classes, através da troca de experiências e de conhecimentos. Essa concepção de mundo inclui crenças, ideias valores, formas de trabalho e de organização social, cultural, entre outros. A educação é concebida ainda como uma ação que desemboca numa série de práticas de produção da vida social, tais como: preparação dos indivíduos mais jovens para a ação futura na sociedade, socialização de processos produtivos de bens materiais, transmissão da herança cultural e de novas formas de trabalho.

Porém, como afirma Osório (2007, p. 2):

[...] a escola enquanto instituição reproduz os conflitos e contradições, presentes na sociedade, naquilo que denominamos de educação, que nada mais do que uma forma racional e barata, em termos de custos financeiros, para exercer diferentes tecnologias de poder, fruto de outras dimensões deste mesmo poder. A guarda do aluno por algumas horas do dia em uma instituição escolar já é um resultado positivo para sociedade, embora ela não tenha interesse algum em saber o que ocorre neste período entre muros. Acreditasse que a partir das condições sociais impostas, o uso da educação, pode servir para tudo, mas jamais para educar.

A demanda social por educação pública implica, pois, produzir uma instituição educativa democrática e de qualidade social, devendo garantir o acesso ao conhecimento e ao patrimônio cultural historicamente produzido pela sociedade, por meio da construção de conhecimentos críticos e emancipadores a partir de contextos concretos. Para tanto, considerando sua história, suas condições objetivas e sua especificidade, os sistemas de

ensino devem colaborar intensamente na democratização do acesso e das condições de permanência adequadas aos estudantes no tocante à diversidade socioeconômica, étnico-racial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida. (Brasil, CONAE, 2010).

Para Foucault (1994) essas transformações de comportamentos e de estratégias políticas podem ser chamadas de requalificação pelo saber. Em outras palavras, a requalificação faz parte de uma nova estratégia de controle dos sujeitos, ou seja, “significa uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas [...], significa outra política a respeito dessa multiplicidade de corpos e forças que uma população apresenta.” (Foucault, 1994, p. 66)

Considerando a temática da inclusão das pessoas com deficiência no trabalho, existem no Brasil dispositivos legais muito avançados que buscam garantir o acesso dessas pessoas ao mercado competitivo de trabalho. Porém, as pesquisas indicam que existe uma dificuldade histórica no acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho e ainda há uma grande lacuna na aplicação prática da legislação.

Foucault aborda o termo dispositivo como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 1994, p. 244). O autor ainda acrescenta que o discurso pode aparecer como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda.

Considera-se que a falta de escolaridade e de qualificação profissional das pessoas com deficiência são barreiras para sua inserção em postos formais de trabalho, e que a qualificação, quando é realizada, está distante das necessidades do mercado de trabalho, visto que as exigências para contratação nas empresas estão cada dia mais complexas.

Sob o subtítulo da “A organização das gêneses” Foucault (1999, p. 132-3) afirma:

Em 1667, o édito que criava a fábrica dos Gobelins previa a organização de uma escola. Sessenta crianças bolsistas deviam ser escolhidas pelo superintendente dos prédios reais, confiados durante certo tempo a um mestre que devia realizar "sua educação e instrução", depois colocados para aprendizagem junto aos diversos mestres tapeceiros da manufatura (estes recebiam por isso uma indenização retirada da bolsa dos alunos); depois de seis anos de aprendizagem, quatro anos de serviço e uma prova qualificatória, tinham direito de "erguer e manter loja" em qualquer cidade do reino.

Ocasão em que justapõe o vocábulo educação com instrução para se referir à qualificação profissional dos jovens nos moldes da escolarização. No entanto, Foucault aplica a palavra educação em “Vigiar e Punir” (1999) de maneira variada e consistentemente em comparação com sua aplicação nas instituições de correção e detenção nas quais os indivíduos são acometidos para que sejam temporariamente isolados do convívio social.

Enquanto um dos marcos de renovação do conhecimento histórico, a arqueologia, segundo Foucault (2007a), situa-se na transformação pela qual a história redefine sua posição, em relação aos documentos e outras fontes, não mais considerando apenas o modo de interpretar as fontes, mas:

[...] uma tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. [...] ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. [...] ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. (Foucault, 2007a, p. 7)

Dessa forma, para se compreender as particularidades da análise arqueológica, Foucault (2007a) revela o início da contradição que, simultaneamente, tem seu modelo na afirmação ou negação de uma única proposição. Marca como se forma uma prática discursiva. Define as formas que essas práticas assumem as relações que estabelecem entre si e o domínio que as conduz.

Considerações Finais Possíveis

Os estudos sobre a educação e trabalho de pessoas com deficiência como meios para a inserção social indicam que as condições socioculturais têm permitido poucos avanços na compreensão do processo, por identificarem as raízes dessa situação na estrutura social e faltar elementos que mediem a passagem do pedagógico para o sociocultural. Na verdade, observa-se que pesquisas relacionadas ao assunto estão pouco acessíveis, inviabilizando a transformação da prática cotidiana e, conseqüentemente, da vida em sociedade.

Mediante essa pesquisa, os primeiros resultados demonstram as contribuições dos pressupostos teóricos e metodológicos de Michel Foucault sobre a análise do discurso. Para compreender como Foucault trata os discursos e as praticas discursivas que colocam o discurso em movimento, houve a tentativa de apreender alguns dos conceitos descritos por ele.

Na obra “A Ordem do Discurso”, Foucault (1999, p. 10) salienta que o discurso “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Foucault (2006, p. 253), na obra “Estratégia de Poder-Saber”, afirma que pratica o tipo de análise que “[...] examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona”. Para ele o poder é algo que opera por meio do discurso, já que este é uma série de elementos em um dispositivo estratégico de relações de poder. O que interessa no problema do discurso é o fato de que um indivíduo falou alguma coisa em um determinado momento buscando evidenciar o acontecimento, ou seja, o poder seria a função que se atribui ao que foi dito em determinado momento.

Já as unidades do discurso possuem um domínio imenso, que é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. Deve-se realizar a descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que ai se formam.

O discurso para Foucault, além de subjetivo, subjetiva, pois se distribui na sociedade marcando o pensamento de determinada época, em determinado local e a partir disso o sujeito constrói suas subjetividades.

Portanto, por mais que educação não seja conceituada por Foucault, ela é apresentada como uma estratégia ou instrumento de poder e para manutenção de controle e a equipara a ou a utiliza para a disciplinarização na forma de punição a delinquentes que podem ser por meio dela recuperados. Mostra também a maneira como os governos passaram a propagar a ideia de que a educação deverá ser uma coisa desejável e um direito de todo o cidadão garantindo seu controle sobre ele.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* - 9394/96. Brasília: MEC.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

- BRASIL. (2001). Ministério e Educação e do Desporto. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC.
- BRASIL. (2010). *CONAE: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação*.
- FOUCAULT, M. (1994). *As palavras e as coisas - uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (1999). *A ordem do discurso* – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. [trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio – *L'ordre Du discours* de 1970] São Paulo: Edições Loyola.
- FOUCAULT, M. (2006). A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia poder-saber*. [Org. Manuel Barros da Motta; trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro de *Dits et écrits*]. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (2007a). *A arqueologia do saber* [trad. Luiz Felipe Baeta Neves; *L'Archéologie du Savoir*, de 1969]. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, M. (2007b). *Estranho medo da inclusão*. Educação, Campo Grande: UFSM, v. 32, p. 301-318.
- OSÓRIO, A. C. do N. (2010) (Org.). As Instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos.... In: _____. *Diálogos em Foucault*. 1. Ed. Campo Grande, MS: Editora Oeste.

ⁱ Tesista UFMS – Membro do Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos – GEIARF/CNPq e Doutoranda no PPGEdu/CCHS/UFMS.

ⁱⁱ Tesista UFMS - Membro do Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos – GEIARF/CNPq e Doutorando no PPGEdu/CCHS/UFMS.